



B O L S A  
Família

Informe Controle Social

Nº 24 • Outubro de 2010

## Planejamento participativo Construindo ações coletivas no controle social PBF

Grande parte das dificuldades encontradas na atuação dos conselhos de políticas públicas decorre da falta de planejamento de atividades e a ausência de um plano de ação participativo. O planejamento de uma Instância de Controle Social (ICS) se inicia pelo estudo dos conceitos, informações e da [legislação](#) relativa ao PBF. A partir desse estudo, é importante conhecer a realidade local, ouvir e atender a comunidade e identificar suas principais necessidades, para então estabelecer prioridades e prever a realização de ações.

O planejamento das ações das ICS é um processo transparente, contínuo e dinâmico. Para garantir o caráter participativo dessas ações, de modo a evitar que o plano de ação se torne um produto fechado, é fundamental o diálogo constante com a comunidade, com os gestores do Programa Bolsa Família (PBF), e com os conselhos setoriais do município.

### Conheça aqui importantes desafios que podem ser incluídos no planejamento das ICSs nos municípios:

**Atendimento ao público:** manter canais abertos de comunicação visando garantir o atendimento dos beneficiários e dos cidadãos e, do ponto de vista administrativo, definir e divulgar o fluxo de atendimento com registro e arquivo de demandas, encaminhamentos e resultados;

**Estrutura:** prever estrutura suficiente para a operacionalização dos atos da ICS. É importante ter uma secretaria executiva ou apoio técnico que auxilie na organização técnica e administrativa do conselho.

**Autonomia:** construir sua autonomia política e decisória, bem como sua capacidade de elaborar uma pauta de reuniões e atividades de forma autônoma, sempre com a participação integral do colegiado. Desde sua criação, a ICS deve estabelecer um vínculo apenas administrativo com a gestão municipal, para que esta ofereça o suporte técnico, administrativo e financeiro para o funcionamento dessa instância.

**Articulação com outros segmentos:** conhecer conselhos setoriais de políticas públicas e potencializar ações conjuntas;

**Gestão:** conhecer e acompanhar o processo de planejamento da gestão municipal; fortalecer a **capacidade de planejamento** das ações e necessidades da ICS; e acompanhar o planejamento e execução da aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M).

**Condicionalidades:** atentar para os períodos de registro, antecipando ações que potencializem o cumprimento das condicionalidades e a oferta de serviços públicos de qualidade à comunidade; e acompanhar os resultados do acompanhamento das condicionalidades, em especial os casos de descumprimento, tentando avaliar os motivos,

buscando soluções para sua superação;

**Povos e comunidades tradicionais e específicas do município:** acompanhar o acesso ao cadastramento e ao PBF, bem como avaliar a oferta de serviços, como forma de potencializar o atendimento e alcance dos objetivos do PBF;

**Programas complementares:** estudar as demandas e as potencialidades da comunidade para oferta de oportunidades que atendam à realidade local;

**Divulgação dos Atos da ICS:** divulgar atos do conselho (atas, resoluções, comunicados, entre outros) por meio da imprensa oficial do município, estado e da União. A produção de informativos e criação de páginas na internet são instrumentos que ajudam a fortalecer o conselho e contribuem para aproximá-lo da sociedade local e para que ele seja reconhecido pelo governo. Acesse o [Informe nº 23](#) que trata de tecnologias da informação como instrumento.

**Reuniões:** divulgar agenda de reuniões e realizar reuniões abertas para dar transparência aos seus processos. Para se aproximar ainda mais da comunidade e facilitar o processo de controle social do PBF, a ICS pode realizar periodicamente escuta ou audiência pública para dialogar com a sociedade sobre a gestão do PBF no município.

### **Fala Conselheiro!**

No Informe Controle Social nº 23 um conselheiro da região norte expôs a seguinte preocupação: “Nos ajude no que podemos fazer em relação ao cancelamento de benefícios sem comprometermos a nossa imagem”.

## **Conhecendo ações pelo Brasil**

A prática **Grupos Operativos do Bolsa Família**, desenvolvida no município de Guaraciaba (SC), possibilita a inclusão social da comunidade e fomenta a participação em conselhos por meio de encontros mensais que discutem assuntos relativos à realidade socioeconômica das famílias. Estes encontros têm como objetivo criar vínculos e promover o envolvimento das famílias beneficiárias do PBF e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Inicialmente foi realizado um levantamento dos assuntos de interesse das famílias, em seguida um seminário apresentando todas as políticas públicas do município. Para tratar dos temas, utilizam-se dinâmicas, vídeos, cartazes, fotos, entre outros procedimentos, como a confecção e entrega às famílias de imãs de geladeira com o calendário dos encontros.

A prática vem contribuindo para a inclusão dos integrantes das famílias em cursos profissionalizantes oferecidos em Guaraciaba (costura industrial, pedreiro e corte de cabelo). Além disso, já existem três hortas comunitárias que produzem alimentos agroecológicos para complementar a alimentação dessas famílias.

A prática do município de Guaraciaba está registrada no [Observatório de Boas Práticas na Gestão do PBF](#), um espaço que tem por finalidade identificar, reunir e divulgar as boas práticas na gestão do PBF, desenvolvidas nos estados e nos municípios.

[Acesse](#) e conheça outras práticas de diferentes regiões do país.

Para incluir sua prática, fale com o gestor municipal ou coordenador estadual. Eles possuem senha para cadastrar novas práticas.

### **Fique atento!**

O conselho e seus conselheiros devem sempre se esforçar no sentido de esclarecer o seu papel, mantendo-se abertos à comunidade e aos demais envolvidos com a política pública, no caso, o PBF. Neste sentido, é interessante a organização de reuniões públicas, com participação de atores da gestão local, para esclarecer o que é controle social e a sua importância enquanto espaço democrático.

A atuação do conselho acrescenta efetividade ao Programa e, por isso, o conselho é um aliado, tanto do gestor quanto das famílias beneficiárias.

Conforme [IN nº 01/2005](#) são atribuições da ICS no que se refere à gestão dos benefícios:

- a) Avaliar, periodicamente, a relação de beneficiários do PBF;
- b) Solicitar, mediante justificativa, ao gestor municipal, o bloqueio ou o cancelamento de benefícios referentes às famílias que não atendam aos critérios de elegibilidade do Programa; e
- c) Acompanhar os atos de gestão de benefícios do PBF e dos Programas Remanescentes realizados pelo gestor municipal.  
Para este acompanhamento, solicite ao gestor municipal acesso aos Sistemas de Gestão de Benefícios ao Cidadão (Sibec) e ao Sistema Integrado de Gestão de Condicionais (Sicon). Por meio dessas ferramentas, é possível acompanhar as famílias beneficiárias e a gestão de benefícios, viabilizando o exercício das atribuições mencionadas acima.

**Saiba como acessar os relatórios do Sibec para acompanhar a gestão do PBF no município. Acesse o [Informe Controle Social nº 12 e nº 07](#).**

**Para conhecer a nova versão do Sicon, acesse o [Informe Gestor nº 216](#).**

Caso seja identificado algum erro que levou ao cancelamento de benefício, solicite reversão de cancelamento ao gestor municipal com dados e justificativas que comprovem a necessidade do processo.

Da mesma forma, caso a ICS receba alguma denúncia procedente que implique o cancelamento do benefício (geralmente porque a família está recebendo o benefício de forma indevida), cabe a essa instância apurar o fato e encaminhar a denúncia à gestão municipal do PBF para que sejam tomadas as devidas providências.

É bom lembrar que o processo de apuração deve ser feito de maneira sigilosa pela ICS para não expor indevidamente a família e para resguardar o trabalho dos conselheiros. Não havendo retorno por parte do gestor municipal, a ICS pode encaminhar denúncia de possíveis irregularidades pelo e-mail [ouvidoria@mds.gov.br](mailto:ouvidoria@mds.gov.br) ou pelo telefone **0800-707-2003**.

**Acompanhe a gestão do PBF!**

**Capacitação para Controle Social nos municípios da região**

## Nordeste e do Espírito Santo

Em todo o Brasil já foram capacitados cerca de 5 mil conselheiros na Capacitação para Controle Social 2010. Essa ação é promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O MDS informa que teve início a implementação dos Lotes 2 e 3, que abrangem a região Nordeste e o estado do Espírito Santo. Contratada por meio de licitação pública, a empresa responsável pela execução dos cursos é a [Solar Consultoria](#), que entrará em contato com as ICSs para orientações quanto aos procedimentos de inscrição e outros esclarecimentos acerca da capacitação.

Serão garantidos aos participantes o transporte para deslocamento até o local do evento, alimentação (café da manhã, almoço, lanche, jantar) e hospedagem (em quartos duplos ou triplos, sendo a divisão de pessoas nos quartos a ser realizada de forma aleatória pela instituição executora).

### Distribuição de vagas:

Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família: duas vagas por município, sendo uma vaga direcionada a um conselheiro representante governamental e a outra direcionada a um conselheiro da sociedade civil.

Conselhos Municipais de Assistência Social: três vagas por município, sendo uma vaga reservada ao (a) secretário (a) executivo (a) do conselho, outra direcionada a um conselheiro representante governamental e a última a um conselheiro da sociedade civil.

A escolha dos conselheiros deverá ser feita em reunião plenária do conselho sendo registrada em ata, e posteriormente encaminhada, conforme orientação da instituição executora responsável, ao lado das fichas de inscrição dos participantes.

A capacitação acontecerá em duas etapas: etapa presencial (três dias de curso, em local a ser divulgado pela Solar) e etapa não presencial (realizada com o uso da internet, possibilitará aos conselheiros produzir um trabalho final, com auxílio de monitores, a ser entregue para a conclusão da capacitação).

Para maiores informações, entre em contato com a Solar Consultoria pelos emails

[controlesocial@solarconsultoria.com](mailto:controlesocial@solarconsultoria.com) e [solar@solarconsultoria.com](mailto:solar@solarconsultoria.com) ou pelos telefones:

(98) 3232-4186 - São Luís/MA

(98) 3221 - 5071- São Luís/MA

(98) 3221 - 3400- São Luís/MA

(61) 3364-2097 - Brasília/DF

### **Brasil em primeiro no combate à pobreza e à fome**

Avanços no programa [Bolsa Família](#) e na Estratégia [Fome Zero](#) asseguram ao Brasil, pelo segundo ano consecutivo, o primeiro lugar no ranking de combate à fome formado por 28 países. A avaliação feita pela ONG [ActionAid](#) abrange nações em desenvolvimento na luta contra a pobreza, considerando as categorias presença de fome, apoio à agricultura em

pequenas propriedades e proteção social.

[Leia o artigo completo](#) e aproveite para conhecer o Blog do Planalto, um canal de comunicação com a sociedade da Presidência da República.

### **Exercendo o Controle Social!**

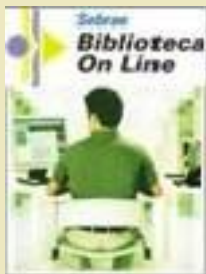
O [Adote um Município](#) (A1M) é uma iniciativa de combate à corrupção criada pelo [Instituto de Fiscalização e Controle](#) (IFC) em parceria com a ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito ([Amarribo](#)). Tem como objetivo difundir a prática de controle social dos recursos públicos nos municípios brasileiros.



O A1M trabalha em duas frentes, uma com os cidadãos dos municípios e outra junto aos funcionários dos órgãos governamentais de controle. Dentro dos municípios, a iniciativa estimula a criação de pequenas ONG's, formadas por pessoas interessadas em fiscalizar os gastos da prefeitura. Esse movimento recebe o apoio do projeto desde o seu início, sendo auxiliado nos processos de registro da ONG e na elaboração do estatuto que regerá seu funcionamento. Na outra linha de atuação, o A1M procura funcionários públicos que atuam na área de controle (padrinhos) interessados em "adotar" uma dessas ONG's, compartilhando assim seu conhecimento técnico sobre fiscalização. Com essas duas partes trabalhando juntas, o controle social torna-se mais efetivo, pois, de um lado, temos o cidadão, conhecedor da realidade de seu município, e de outro um padrinho especialista em controle de gastos públicos.

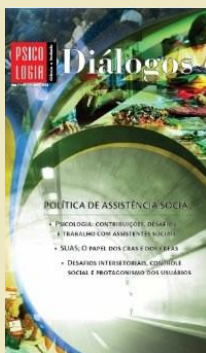
[Saiba mais! Divulgue e participe você também.](#)

### **Dica de leitura**



Leia mais sobre planejamento participativo e gestão compartilhada na Biblioteca On line do [SEBRAE](#).

Lá você terá acesso ao artigo [Desenvolvimento e Gestão Compartilhada](#) que trata a gestão compartilhada como um aspecto fundamental para que haja desenvolvimento. O artigo mostra que a gestão compartilhada prevê o envolvimento das lideranças do território, a mobilização e sensibilização da comunidade local, a definição de uma agenda comum e estratégias de monitoramento e avaliação.



A [Revista Diálogos - Nº 07](#) aborda a temática da Política de Assistência Social, destacando os artigos "O controle Social nas políticas públicas", "Para além da centralidade da família", "Intersetorialidade, O desafio da articulação pública" e "Inclusão Produtiva: Da exclusão à cidadania por meio do trabalho".

## Dica de acesso



O [Projeto Democracia Participativa](#) (PRODEP), que está sediado no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, especializou-se, sobretudo, no estudo da participação da sociedade civil nas políticas públicas.

Conheça suas ações e [pesquisas](#), que objetivam tanto aprimorar o conhecimento sobre a temática da participação, quanto desenvolver as ferramentas.

### Cadastre-se

[aqui](#) ou envie um email com assunto **"Quero me cadastrar"** para **[controlesocialpbf@mds.gov.br](mailto:controlesocialpbf@mds.gov.br)** e receba os Informes Controle Social a cada edição

### Avalie

[aqui este Informe](#)  
Aproveite para deixar suas dicas e sugestões

### Mais Informações

**Central Bolsa Família**  
0800 707 2003